



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294809-0

COMARCA: 1ª VARA CÍVEL DE TIMBAÚBA

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE

APELADO: ANA ROSA APOLINÁRIO DE MOURA DIAS

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA C/C DANOS MORAIS – SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – DANO MORAL CONFIGURADO – QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE NÃO CARECE DE REPARO – SENTENÇA PRESERVADA – DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294809-0, em que figuram como Apelante COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE, e como Apelado ANA ROSA APOLINÁRIO DE MOURA DIAS, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *“Por unanimidade, negou-se provimento à apelação, nos termos do voto do Relator”*. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 01 de abril de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



92

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294809-0

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

ADVOGADO: SAULLO VERAS MEIRELES PE025012

APELADO: ANA ROSA APOLINÁRIO DE MOURA DIAS

ADVOGADO: ELIZÂNGELA GUEDES DE SOUZA PE030287

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação Declaratória de Inexistência de Dívida c/c Danos Morais.

Sentença Recorrida: A Decisão de fls. 49/54, na forma do art. 269, I, do CPC, julgou parcialmente procedente o pedido, para condenar a parte ré/apelante a pagar indenização danos morais à parte autora/apelada, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), acrescidos de juros de 0.5% a.m., a contar da data da citação e de correção monetária pela TABELA DA ENCOGE, a contar da data da decisão. Condenou o demandado no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, este na base de 20% sobre o quantum da indenização.

Objeto: Apelação com pedido de reforma total da sentença hostilizada e, de forma alternativa, pleiteia a redução do quantum indenizatório (fls. 57/65).

Razões recursais: Argumenta que diante da robusta argumentação trazida à balla, restou comprovada a irretocabilidade do procedimento adotado pela concessionária apelante. Afirma que a autora/apelada não trouxe aos autos qualquer comprovação de que tenha efetivamente sofrido danos de natureza moral. Por fim, requer a redução do *quantum* indenizatório fixado pelo juízo de primeiro grau.

Contra-razões: Contra-razões às fls. 64/82, pugnando pela manutenção da decisão *a quo* e, conseqüentemente, pela improcedência da Apelação.

É o que importa relatar.

Sem revisor. Adoção do rito sumário (Art. 76, parágrafo único do RITJPE).

14/02/2015
Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294809-0

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

ADVOGADO: SAULLO VERAS MEIRELES PE025012

APELADO: ANA ROSA APOLINÁRIO DE MOURA DIAS

ADVOGADO: ELIZÂNGELA GUEDES DE SOUZA PE030287

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Em que pese o pagamento da fatura ter sido efetuada fora da data de vencimento, no momento em que se deu o corte de energia, o pagamento já tinha sido regularizado, e já não restava mais débito a ser saldado pela autora/apelada.

Cumpra explicitar o afirmado pelo ilustre togado singular quando da prolação da decisão:

"No presente caso, os documentos de fls. 13/14 comprovam que as faturas de energia da autora, com vencimento, dia 16/02/2012 e 16/03/2012 foram pagas em 31/03/2012. Não obstante, o corte no fornecimento da energia da autora se deu em 09/04/2012, após a quitação das faturas com vencimentos em 16/02/2012 e 16/03/2012.

Ora, embora admissível o corte de energia quando ocorrer o inadimplemento, tal não poderá se dar após o devido pagamento das faturas em atraso como ocorreu nos autos.

Considero plenamente legítimas as provas de quitação da fatura juntada aos autos pelo(a) autor(a) (fls. 13/14). Ficou bastante claro que o agente arrecadador recebeu o pagamento da fatura."

Não resta dúvida, portanto, que o apelado teve sua incolumidade psíquica abalada, com ofensa à sua dignidade humana.

Com efeito, a pessoa ficar privada, indevidamente, do serviço público essencial de energia elétrica causa angústia, tristeza e sofrimento, ofendendo a incolumidade psíquica e gerando, por conseguinte, danos morais a serem compensados.

É imperativa a sanção pelo corte indevido do fornecimento de energia elétrica, uma vez que as alegadas faturas em aberto já haviam sido pagas.



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

Os danos morais no presente caso decorrem da obrigação a que estava a ré/apelante obrigada, como concessionária de serviço público, não precisa sequer ser demonstrado, porque decorre da conduta ilícita em si, a qual vai ser valorada pelo juiz, que dará pelo seu caráter ofensivo a direito da personalidade se, pela experiência do homem médio, entender que foi suscetível de trazer severo aborrecimento, consideradas as circunstâncias em face que envolveu as partes, sendo possível a intervenção do juiz na relação contratual, para suprir a vontade da parte mais fraca, poder do qual está investido a partir de quando se introduziu a indenização por danos morais em nosso sistema positivo.

Quanto ao valor a ser fixado a título de indenização, cabe anotar que a responsabilidade civil por dano moral tem aliado ao efeito ressarcitório do dano sofrido pelo lesado também o cunho pedagógico da parte que produz, ou que concorre para a produção da lesão. No caso, entendo não carecer de reparo o importe indenizatório, ante à desagradável situação experimentada pela autora/apelada, pelo que, então, entendo adequado o valor indenizatório de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a título de danos morais, estipulado pelo juízo de piso.

Assim, por conta dessa soma de razões, VOTO PARA NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, mantendo-se Intocada a sentença vergastada

É COMO VOTO.

Recife, 26/03/2013.